



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI  
Nº 1.529, DE 2015.**

Dispõe sobre critérios para renovação de frota de locadoras de veículos e contratação de empresas prestadoras de serviço de transporte e locação de veículos pela Administração Pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece critérios para renovação de frota de empresas locadoras de veículos, bem como para contratação de serviços de transporte e locação de veículos pela Administração Pública, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. As disposições desta Lei aplicam-se à locação de veículos de passageiros, bem como à contratação de serviço de transporte de pessoas ou coisas, em caráter permanente, e afins.

**Art. 2º** Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I – locação de veículo: cessão de uso e gozo de veículo ao locatário, com transferência de posse, mediante retribuição;

II – prestação de serviço de transporte: fretamento contínuo de veículo, sem transferência da posse, para transporte de pessoas ou coisas, por requisição do contratante, ao longo da vigência contratual, mediante retribuição.

**Art. 3º** As empresas locadoras de veículos ficarão proibidas de oferecer aos seus clientes veículos com mais de 2 (dois) anos de uso ou 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros rodados, o que vier primeiro.

§ 1º O tempo de uso do veículo será contado a partir da data de recebimento que consta do documento fiscal de sua primeira venda, como veículo novo.

**Art. 4º** A Administração Pública não poderá contratar veículos com mais de 2 (dois) anos de uso e de 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros rodados, em suas licitações de prestação de serviço de transporte e de locação de veículos.

§ 1º O órgão ou a entidade responsável pela licitação deverá estabelecer no instrumento convocatório ou contratual prazo para comprovação da exigência prevista no *caput* deste artigo, que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, contados da assinatura do termo contratual.

§ 2º O instrumento contratual deverá prever a substituição dos veículos que ultrapassarem, durante a vigência contratual, 2 (dois) anos de uso ou 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros rodados, o que vier primeiro.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 2 (dois) anos de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 2015.

Deputado JULIO CÉSAR  
Presidente